



SINDICATO NA LUTA



EDITORIAL
**É TEMPO
DE LUTAR!**



PÁG. 3

HU
**30 HORAS
NO HU:
GANHO
PARA
TOD@S
SERVIDOR@S**

PÁG. 4

**PLENÁRIA DA FASUBRA
APROVA APOIO
A DEMOCRACIA**



PÁG. 6

GÊNERO

ÓBITOS EM CLÍNICAS CLANDESTINAS DE ABORTO ESTIMULAM DEBATE SOBRE O TEMA

“Quando eu cheguei lá, eu fui recebida por um médico vestido de açougueiro, com um avental branco, todo ensanguentado, e com instrumentos claramente artesanais, rudimentares. [...] Eu comecei a ter uma crise de vômito, enquanto o médico me tortura dizendo que, se eu não tivesse procurado ele, eu não estaria vivendo aqui”. O depoimento, registrado no curta *Clandestinas*, de Fádha Salomão, é de uma mulher que teve que buscar uma clínica clandestina para interromper a gravidez.

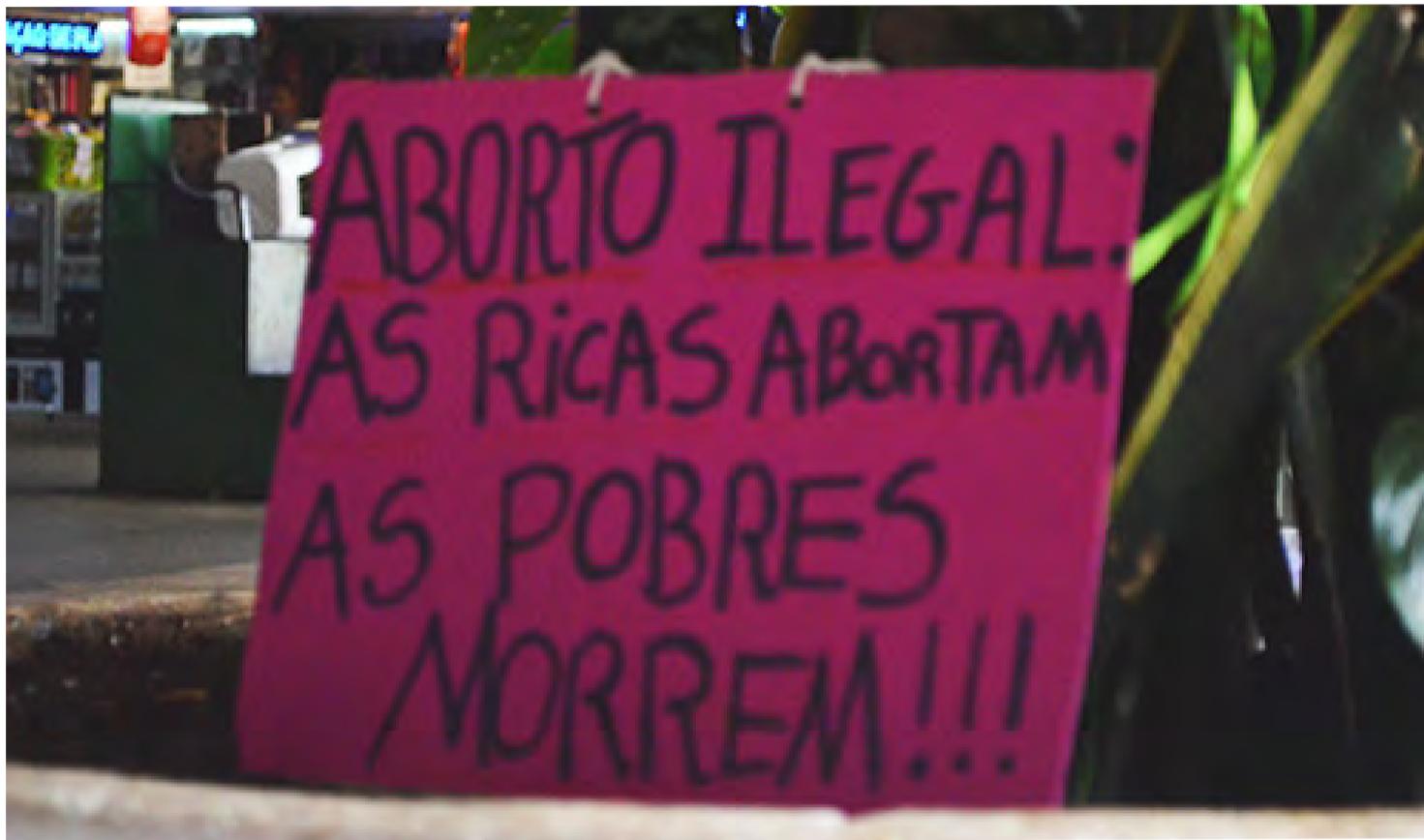
O destino dela foi diferente do da auxiliar administrativa Jandira Magdalena dos Santos, 27 anos, encontrada morta depois de ter desaparecido junto a outras mulheres, no dia 26 de agosto, quando partiram em direção a uma clínica clandestina de aborto, no Rio de Janeiro. No vídeo, a jovem conta que, com o apoio do namorado, saiu da clínica clandestina e procurou assistência em outro hospital, de onde saiu sadia, após ter feito o procedimento. Não sem antes escutar a enfermeira plantonista afirmar que ela deveria dizer que sofreu um aborto espontâneo, pois do contrário o médico “ia me deixar morrer”.

Estabelecido como crime pelo Código Penal, o aborto é permitido no Brasil em apenas três situações: quando não há outra forma de salvar a vida da gestante; quando a gravidez é decorrente de estupro e a mulher ou representante legal dela opta por interromper a gravidez e em casos de diagnóstico de anencefalia. Nesse caso, incluído após julgamento do Supremo Tribunal Federal em 2012, fala-se em antecipação terapêutica do parto.

Em qualquer dessas condições, a mulher pode procurar o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem 65 unidades aptas a interromperem a gravidez. Nesses casos, elas devem ser acompanhadas por uma equipe multidisciplinar, de modo que seja garantida assistência médica, social e psicológica. Em 2013, segundo o Ministério da Saúde, foram registrados 1.523 casos de aborto legal. Estima-se, contudo, que o número de interrupções praticadas no país seja bem maior.

Segundo pesquisa do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), da Universidade de Brasília (UnB), mais de uma em cada cinco mulheres alfabetizadas que possuem entre 18 e 39 anos já praticaram pelo menos um aborto, ao longo da vida. Cerca de metade delas teve que ser internada por conta de complicações, como perfuração do útero. A prática é mais comum entre mulheres com menor escolaridade (23%), enquanto o percentual das que já concluíram o ensino médio é 12%.

Realizada em 2010, a Pesquisa Nacional de Abortos utilizou a técnica de amostragem para chegar a esses números, afinal como muitos casos são feitos em clínicas clandestinas, não há como obter dado exato, mas muitas pesquisas



tendam a dimensionar essa ocorrência. No documento *Aborto e Saúde Pública no Brasil*, de 2009, o Ministério da Saúde destacou estimativa de que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. Já o Centro Feminista de Estudo e Assessoria (Cfemea) aponta que cerca de 1 milhão de brasileiras submetem-se a abortos clandestinos todos os anos.

Em nota enviada à Agência Brasil, o Ministério da Saúde afirma que o número de óbitos de mulheres atribuído ao aborto passou de 3ª para 5ª causa de mortalidade materna de 1990 a 2012, queda que credita “à ampliação da rede de serviços à saúde integral da mulher, ação efetuada pelo Ministério da Saúde em conjunto com as secretarias estaduais e municipais de saúde”.

Apesar da dificuldade de acesso a esses dados, o Instituto Anis conclui que o aborto deve ser prioridade na agenda de saúde pública nacional. O mesmo posicionamento é defendido pela Anistia Internacional, para quem o tema deve ser tratado como uma questão de saúde pública e direitos humanos e não na esfera criminal.

A opinião é compartilhada pela assessora do Cfemea, Fernanda Saboia. Para ela, o debate sobre o tema no Brasil precisa ser feito à luz da saúde pública e dos direitos das mulheres. “A discussão sobre o aborto não tem o intuito de mudar a opinião individual de cada um, mas de mudar a legislação, para que as pessoas que fazem aborto não sejam criminalizadas ou submetidas a uma abordagem em clínicas clandestinas”, afirma.

Fernanda aponta o abandono dos companheiros, a falta de condições financeiras ou de preparação para ter um filho e a falha de métodos contraceptivos como

principais situações que levam a essa prática. Por isso, para ela, manter a situação como está significa “fechar os olhos para uma situação que já é comum e que mata sobretudo as mulheres negras e pobres, porque as mulheres da classe média e da classe alta fazem o aborto em clínicas clandestinas em ótimas condições”. De acordo com o Cfemea, muitas clínicas chegam a cobrar pelo menos R\$ 4 mil pelo procedimento.

Essa diferença foi diagnosticada também pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No relatório *Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde*, a organização ressalta que “nos países onde o aborto induzido legal está sumamente restrito ou não está disponível, na maioria das vezes o aborto seguro se torna um privilégio dos ricos, e as mulheres de baixa renda são mais suscetíveis a procurar métodos inseguros, que provocam a morte e morbidades, gerando responsabilidade social e financeira para o sistema de saúde público”.

A OMS estima que, a cada ano, são feitos 22 milhões de abortos em condições inseguras, levando à morte cerca de 47 mil mulheres, além de causar disfunções físicas e mentais em outras 5 milhões. Já “nos locais com poucas restrições ao acesso a abortamento seguro, a taxa de mortes e doenças cai drasticamente”, afirma a organização, que constatou diminuição no número de abortos realizados nesses países.

Na avaliação da coordenadora da organização Católicas pelo Direito de Decidir, Rosângela Talib, isso ocorre porque, em países em que o aborto é legalizado, as mulheres buscam o sistema de saúde e lá recebem informações. Há “maior possibili-

dade dessas mulheres saírem do serviço de saúde com métodos contraceptivos e também de terem maior nível de informação sobre sua saúde reprodutiva”, afirma.

Diante do que considera ausência do Estado em relação à educação sexual e ao planejamento familiar, Rosângela avalia que “nem a interdição legal, com a criminalização, nem a interdição religiosa, que coloca como pecado, têm impedido que as mulheres realizem o aborto. A proibição tem sido inócua como possibilidade de você diminuir a prática e isso tem levado a uma série de problemas de saúde pública”.

Religiosas, as integrantes dessa organização defendem que esse tema deve deixar de ser um tabu na sociedade em geral e também na Igreja. “A gente teve uma revolução de costumes, não dá para a gente defender os mesmos princípios, como se nada tivesse mudado. O que a gente faz é chamar a Igreja para dialogar com a sociedade”, defende Rosângela.

Médica neonatologista, professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e integrante do Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida, Eliane Oliveira acredita que a legalização geraria mais abortos, mais lucro para as clínicas e empresas farmacêuticas. Além disso, “atacaria a consequência e não a causa”, afirma.

Para ela, os abortos feitos no Brasil devem ser combatidos com políticas preventivas. “Saúde pública é fazer planejamento familiar. E planejamento familiar é muito mais que controlar a natalidade. O que a gente precisa é de uma saúde para a mulher com responsabilidade. É de educação e informação”, defende.

EDITORIAL



Começamos lamentando ter que escrever este editorial. Mas neste momento em que escrevemos, a sociedade brasileira cada vez mais caminha em direção à um Estado de exceção. O presente jornal tenta (e talvez não consiga) alertar à categoria técnica administrativa em educação para os perigos que rondam as classes trabalhadoras, sobretudo, e principalmente, as trabalhadoras e trabalhadores do Estado brasileiro.

Nesta edição estamos denunciando, junto com centenas de entidades representativas dos mais diversos setores sociais, o conjunto de propostas que hoje tramitam no Congresso Nacional, cujos conteúdos são profundamente regressivos.

O Golpe à democracia não tem finalidade alguma de enfrentar a corrupção no Brasil (se tivesse, parte da comissão que esta analisando o pedido de impedimento da Presidenta Dilma, deveria ser levada algemada, inclusive o Presidente da Câmara que responde como réu junto ao Supremo Tribunal Federal).

Quando analisamos as propostas legislativas que estão em curso é que percebemos que o GOLPE é contra o povo brasileiro, e não contra o Governo Dilma. Quando olhamos para a Argentina percebemos que o GOLPE está articulado com um movimento que atinge toda a América Latina. Lá as primeiras ações foram desencadear um processo de demissões na área pública. Alguém tem a ilusão de que isto não ocorrerá aqui? Se tem, perca a ilusão.

Uma das propostas é a regulamentação do dispositivo constitucional apresentado no artigo 41, onde surge a idéia de demissão no servidor público por “insuficiência de desempenho” (esta luta já travamos várias vezes, mas ela volta sempre). Na prática o que ocorrerá será tentativa de demissão arbitrária como aconteceu no período de Collor (1990).

Para além disso as mudanças apontam no congelamento dos salários (e aqui independente do PLP 257/2016, imposto pelo próprio Governo Dilma). Neste momento existe um levante da direita mais reacionária deste país para impor um brutal processo de regressão na área social. E a grande vedete será a privatização (inclui-se aqui dois grandes sistemas: o sistema das IFES e a rede de educação tecnológica, os Institutos Tecnológicos. Pois então técnicas administrativas e técnicos administrativos.

Para os mais céticos da categoria, sugerimos uma leitura atenta no site do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Lá encontra-se todas as medidas (em torno de 50 projetos de lei), dados e comentários.

Cara categoria, infelizmente aqui não se trata de gostar, ou não gostar do Governo Dilma, não se trata de apoiar ou não apoiar o Governo Dilma. Se trata de ter a consciência de que o novamente estamos no limiar de retornar a política subserviente por parte do Estado brasileiro aos ditames do império. Quem já viveu isso sabe de que se trata de aumento da pobreza,

diminuição da democracia, criminalização dos movimentos, desqualificação dos servidores públicos, e por aí vai.

Ninguém precisa acreditar nisso, mas precisa saber que o compromisso do sindicato é alertar e propor uma

grande mobilização para a luta de resistência. Desta obrigação a Coordenação da Aptafurg não abre mão.

À luta, em defesa da democracia.



30 HORAS NO HU – GANHOS PARA TOD@S SERVIDOR@S

A reitoria da FURG autorizou, através das portarias 2172/2015 e 0509/2016, a flexibilização da jornada de trabalho, com carga horária de 30 horas semanais, para os trabalhadores dos setores de Nutrição e Dietética, Psicologia, Assistência Social, Farmácia e Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário, Miguel Riet Corrêa Junior.

A flexibilização da carga horária é uma reivindicação da categoria dos técnicos administrativos em educação da FURG e que está em análise pela Comissão das 30 horas, para demonstrar a viabilidade ou não da mesma. Na última greve da categoria um dos pontos de discussão foi exatamente a alteração da carga horária na FURG. Segundo a direção da APTAFURG, a comissão está recomendo os trabalhos para discutir a viabilidade para todos os trabalhadores e

trabalhadoras da FURG. No Hospital Universitário, após muitas discussões propostas pelo sindicato, durante e após a greve de 2015, a reitoria reconheceu a viabilidade para que outros setores do HU tivessem a flexibilização da carga horária, pois o serviço de enfermagem já tem o regime de 30 horas semanais desde o ano de 2001.

“Esse trabalho foi muito importante e um ganho substancial para a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do HU da FURG. Nesse sentido a APTAFURG participou efetivamente das negociações, nunca deixando de lado a qualidade do trabalho realizado pelos servidores e, também, a qualidade de vida de todos os envolvidos nesse processo”, afirmou a coordenação do Sindicato.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS COLETIVOS DA APTAFURG

Abaixo, lista dos processos judiciais coletivos feitos pela Aptafurg nos últimos anos, em favor da categoria dos técnicos administrativos em educação da FURG e antigo CTI, com objeto de cada ação e como está atualmente a sua tramitação no judiciário (ATUALIZADA EM 7/04/2016)

PROCESSO	OBJETO	ANDAMENTO
5005108-85.2015.404.7101	Busca o pagamento das férias proporcionais ao período aquisitivo anterior a data da aposentadoria.	Sem sentença por enquanto.
5004045-25.2015.404.7101	Busca o pagamento da gratificação natalina proporcional ao período de trabalho do CD/FUC exonerado durante o exercício anual.	Sentença procedente. Aguarda decisão do TRF4.
5002707-16.2015.404.7101	Busca o pagamento do adicional de fronteira para todos os técnicos administrativos.	Sem sentença por enquanto.
5002778-18.2015.404.7101	Busca o pagamento das férias enquanto em qualificação.	Sem sentença por enquanto.
5005412-55.2013.404.7101	Pagamento de auxílio alimentação em equiparação ao que percebem os valores do TCU.	Improcedência mantida no TRF4. Aguardando decisão do STJ.
5004696-62.2012.404.7101	Incidência de anuênios sobre o valor total do vencimento básico dos médicos que trabalham 40 horas e percebem somente sobre 20 horas.	Sentença procedente mantida pelo TRF4 e pelo STJ. Em fase de cumprimento de julgado.
5001939-95.2012.404.7101	Ação para corrigir adequadamente os benefícios dos servidores que se aposentarem pela regra da ec 41/03 (média das contribuições), visto que desde 2008 a FURG vem aplicando índice de correção inferior ao estabelecido em Lei.	Sentença procedente. Mantida no trf4 quanto ao mérito. Esperando comprovação do cumprimento da decisão para posterior execução.
50018662620124047101	Ação em que se busca o pagamento de auxílio-transporte a todos os técnicos que utilizam algum meio de locomoção para ir ao serviço, seja ele público, ou privado; essa ação visa reverter o recente posicionamento da FURG de que o referido benefício só é devido aos servidores que fazem uso (e comprovam) que se locomovem ao trabalho por meio de transporte público (estando excluídos qualquer modalidade de transporte privado, inclusive, as "vans").	Sentença procedente. Mantida pelo TRF4. Esperando decisão de embargos no TRF4.
5001327-60.2012.404.7101	Ação para que a FURG seja condenada ao pagamento das diferenças de abono de permanência, de vantagem do art. 192 do RJU e de proventos de aposentadoria, cujo direito foi reconhecido após a contagem especial de tempo de serviço realizada pela FURG em virtude da aplicação da ON SRH/MP n. 06/2010.	Sentença procedente. Mantida pelo TRF4. No STJ.
MI – 3330 (STF)	Mandado de Injunção ajuizado no STF objetivando realização da revisão geral de remuneração, recompondo as perdas inflacionárias na remuneração dos servidores.	Está concluso com o Ministro DIAS TOFFOLI aguardando julgamento.
5000925-47.2010.404.7101	Ação para os servidores que recebem horas extras e/ou adicional noturno, uma vez que tais valores estão sendo pagos em valores inferiores aos devidos. Pedimos ainda, seja declarada a irregularidade da compensação de jornada imposta pela FURG aos docentes.	Sentença procedente mantida pelo TRF4. Aguarda decisão do STJ.
5000769-59.2010.404.7101	Buscamos o pagamento da gratificação por encargo em curso e concurso para os servidores que atuam nos processos seletivos para professor substituído a partir de 2006, que não estão recebendo tal gratificação.	Vencemos. Em execução coletiva.

DEMOCRACIA

EXISTE UM GOLPE EM CURSO EM NOSSA DEMOCRACIA. SERÁ MESMO?! O QUE EU TENHO A VER COM ISTO?

Por **Celso Carvalho**

Sociólogo

Técnico Administrativo em Educação

Existem momentos na história em que a omissão é um crime. Estamos passando por este momento em nosso país. A discussão que tem acobertado a situação crítica por que passa o Brasil é, justamente, se existe um golpe ao Estado Democrático de Direito, ou não. Essa “dúvida” na verdade esconde um grande movimento que visa a entrega do Brasil aos ditames dos Estados Unidos da América. Nesta entrega está a Petrobrás, o Pré-sal, as Instituições de Ensino Superior, a rede de Instituições de Educação Tecnológica, etc.

O mundo vem passando por uma crise econômica sem precedentes na história do capitalismo. Esta crise dura a mais de 40 anos. No ano de 2008 esta crise sofreu um brutal estímulo, com a implosão do sistema financeiro, a partir do mercado imobiliário norte-americano. Este estímulo levou a crise à dimensões críticas que induziram Estados inteiros à falência, como é o caso de Portugal, Espanha, Grécia, Itália, entre outros.

Privatizações – É por aqui que eles querem chegar

A única forma de superar esta crise é abrir um novo período de “possibilidades” de negócios – que a privatização proporciona, por exemplo, abrindo uma grande área para “novos” negócios.

A América Latina desde a primeira década do século XXI, tem caminhado em direção oposta à crise, fazendo alianças com outros blocos econômicos, como a Ásia, Oriente Médio, Rússia, China, etc. e, sobretudo, tentando uma integração entre os países latino americanos.

Este movimento nos últimos 15 anos, produziu uma diminuição na pobreza da região, um aumento considerável na escolaridade dos respectivos povos, e uma tentativa de superação do programa neoliberal imposto aos países latino americanos desde o final da década 1980.

Estas tentativas, evidentemente, vem evitadas de contradições. O grande exemplo disso são os governos de Lula e Dilma que operaram em aliança com setores do capital, impondo limites estreitos para o avanço de um programa

de desenvolvimento social.

Um exemplo claro e indiscutível desses avanços – ainda que limitados – é a realidade de nossa própria Instituição, FURG: centenas de novos servidores e servidoras; novos cursos de graduação e pós-graduação; aumento dos discentes em mais de 100%; a presença real de setores sociais excluídos que agora convivem conosco – negros e negras, indígenas, quilombolas, mulheres trans, etc; um aumento brutal na escolaridade da categoria técnica administrativa, entre tantas outras. Negar esta realidade é um ato de cegueira política, um atestado de alienação, ou, claro, uma grande má fé.

Entretanto, também não é possível naturalizar estas novas condições, como se tivessem “caído” do céu. Esta realidade nova, posta para as IFES, é produto de uma escolha política de desenvolvimento sócio-econômico. Nesta escolha o sistema de produção de ciência e tecnologia – basicamente concentrados nas Instituições públicas – se tornaram fundamentais para a realização de uma autonomia tecnológica do Estado brasileiro. O grande exemplo disso foram as tecnologias desenvolvidas pela Petrobras (com parcerias junto a diversas universidades) que permitiram a descoberta e a retirada de petróleo na região denominada de “Pré-Sal” (que hoje já responde por mais de 30% da demanda nacional).

A pergunta que fazemos a cada técnico e a cada técnica administrativa, sobretudo, é a seguinte: pode-se acreditar que este ambiente de afirmação das Instituições públicas e, a busca de produção tecnológica própria, permaneceria sem que as elites brasileiras, acostumadas à um “bom viver” às custas de um Brasil subserviente aos ditames norte-americano, os “Senhores da Casa Grande”, permitissem que de fato os índices sociais melhorassem no Brasil? Que uma massa de homens e mulheres comessem a ter a sua condução própria (leia-se: veículo automotivo), viajar de avião, ter acesso a empregos, etc.? Ou seja: que a “senzala” se emancipasse? Ainda que vestindo a roupagem de consumidores?

A realidade está posta - Tudo nos atinge

Em nossa cidade foi possível ver “emancipação”. Em um passar de 15 anos, Rio Grande passou a ter problemas de trânsito, por exemplo, da mesma

ordem que ocorrem em grandes cidades. A frota passou de cem mil veículos (tenhamos a posição crítica que tivermos, isto é um índice de crescimento econômico).

Outra questão importante: quem conviveu a 20 anos atrás, sabe que técnico administrativo ter acesso aos próprios bancos escolares da FURG eram poucos; hoje o aumento do nível escolar entre nossa categoria é brutal (sem falar das novas servidoras e servidores que já chegam com escolaridade avançada); ou o que dizer do veículo próprio. Hoje durante uma realização de assembleia os estacionamentos parecem desaparecer, tal é a quantidade de servidores e servidoras que possuem veículos próprios.

Pois então, tudo isso se deve a uma conjuntura muito própria: a afirmação do Estado Democrático de Direito. Todo este avanço só foi possível porque estamos vivendo em uma Democracia e, portanto, podemos disputar nossas ideias e nossos programas em eleições periódicas. Isto significa que quem não gostar dos governos, sejam eles municipais, estaduais ou o governo federal, que escolham suas opções e travem a disputa política. Mas travem respeitando as regras.

O que eu tenho com isso?

Portanto, técnico e técnica administrativa, vocês tem tudo haver com isto. Se não houver ambiente democrático, haverá arrocho salarial, demissões, privatizações do seu ambiente de trabalho. As vítimas seremos nós, os mais fracos, as trabalhadoras e trabalhadores em educação.

Por fim, a pergunta do título vem ao cenário do texto: existe um golpe à democracia? SIM. Lamento informar que existe um golpe profundamente arquitetado para a derruba do Governo Dilma e sua substituição por um Governo pró políticas dos EUA, que, resumindo, significa duas coisas: uma brutal repressão aos movimentos sociais (portanto, o teu sindicato será atingido. Chega de luta por direitos!!) e uma brutal onda de privatizações (inclui-se aqui a FURG sim, bem como seu HU).

Para além disso tudo, existem trilhões de dólares na área do pré-sal. A Petrobrás tem a tecnologia para retirá-los (como esta fazendo). É tecnologia e recursos que colocam o Brasil em um patamar muito superior, qualitativamente falando, no cenário internacional, no

jogo geopolítico da luta por recursos estratégicos, como é o caso do petróleo.

Mas neste caminho existe um governo que não é “confiável”. Por isso a necessidade de derrubá-lo. Com todos os erros, equívocos e contradições dos últimos três governos federais, eles foram, e continuam a ser, uma tentativa de produzir um Brasil independente, com um povo soberano.

Não há golpe?

Pois então alguém me explica o seguinte: a comissão que analisou o pedido de impedimento da Presidente Dilma é composta de 65 parlamentares, 37 deles responde a crime junto ao Supremo Tribunal Federal. São réus. O responsável pela condução do processo como um todo é réu, também, no Supremo Tribunal Federal, com provas inquestionáveis de lavagem de dinheiro. O Vice-Presidente que pretende assumir o cargo responde a nove processos criminais. A única pessoa que não responde a nada, é a Presidente Dilma. O que chamamos isso?

Neste momento dezenas de pessoas estão presas na “república de Curitiba”, com “prisões preventivas”, até que façam “delações premiadas”. Nestas delações informações (acusações sem a mínima comprovação dos fatos) são vazadas seletivamente com o propósito de atingir o objetivo político de derrubada de um governo eleito democraticamente (independente de nós gostarmos dele ou não). O que é isso? Se não golpe? Pessoas são levadas coercitivamente para depor, quando nunca foram intimidas, com direito a espetáculo midiático. Dois ex-presidente deram depoimento. Um depôs em seu apartamento, o outro foi levado coercitivamente. O que é isso, se não um golpe?

Poderia escrever centenas de parágrafos descrevendo a saga da operação “Lava Jato”, que deveria combater de forma intransigente a corrupção; escrever sobre o relatório da comissão do impedimento, onde lá se encontra a aberração de relator quando diz que existe dúvidas de crime de responsabilidade por parte da Presidente Dilma, mas na dúvida afasta-se a primeira mandatária do cargo. O que é isso? Se não golpe?

Quero terminar apenas indagando à esta brava categoria: quanto tempo vai levar para chegar em você toda esta arbitrariedade? Pense nisso...

Plenária da FASUBRA aprova apoio a Democracia

A Plenária nacional da Fasubra, realizada nos dias 2 e 3 de abril, em Brasília, aprovou posição contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e também contra as políticas que retiram direitos dos trabalhadores.

Para dar visibilidade às deliberações, os delegados eleitos pelas bases e os dirigentes da Federação deliberaram pela realização de um “Dia de Luta com Paralisação” – contra a reforma da Previdência Social, o pacote de ajuste fiscal do governo e o Projeto de Lei 257/2016, que se encontra no Congresso para votação em regime de urgência.



“Impeachment não é solução”

“O Brasil vive momentos decisivos de sua história, em que o acirramento da crise econômica e política no país tem desenlaces inimagináveis, com a tendência de que ocorra o aprofundamento da crise econômica e uma nova avalanche de ataques sobre os trabalhadores, como também as chances de se consumir, no Congresso

Nacional, o impedimento da presidente Dilma”, diz o texto aprovado na plenária, que faz uma análise da crise econômica e política brasileira.

O objetivo central dos defensores do impeachment, relaciona o documento, “é a retomada do controle político priorizando a manutenção do projeto neoliberal no país, que exclui milhares de pessoas na partilha dos bens gerados pelo capital, negando à população seus direitos básicos da cidadania”.

O documento lembra que os setores da oposição de direita, que disputam com o governo para se tornarem os novos representantes das elites, estão envolvidos em corrupção. E, destacando a parcialidade seletiva da justiça burguesa, o texto conclui:

“O movimento sindical e os movimentos sociais devem se posicionar contra o movimento conservador que clama pelo

impeachment da presidenta Dilma, e, ao mesmo tempo, construir a luta contra qualquer alternativa da direita, pois os diversos setores da burguesia, enquanto brigam pelo poder, continuam construindo projetos que atacam os movimentos sociais e as classes trabalhadoras!”

As razões pelas quais os patrões querem o golpe

O golpe na democracia brasileira viria para quebrar de vez o movimento de crescimento das lutas classistas e de conquistas de direitos. Essa é a avaliação do cientista político Juarez Guimarães em artigo publicado na revista Carta Maior, em que afirma não haver mais dúvida de que o capital financeiro internacional, com sua força geopolítica, está apoiando e organizando o golpe na democracia brasileira.

E, para Juarez, os golpistas não apenas deixam pistas, mas produzem símbolos midiáticos em série. “Hoje, para derrotar o golpe, é preciso denunciar centralmente seu caráter patronal. A Fiesp, a Firjan, as federações do Comércio de São Paulo, entidades empresariais do Paraná, Espírito Santo, Pará e muitas redes empresariais estão já em campanha aberta pelo fim da democracia no Brasil.

O movimento sindical e os movimentos sociais devem se posicionar contra o movimento conservador que clama pelo impeachment da presidenta Dilma

Além de quebrar a ascensão das lutas dos trabalhadores – pondo o governo com sua força e poder repressivo contra o movimento classista –, há em curso 50 projetos de lei antitrabalhadores e antipopulares, racistas, machistas em andamento no Congresso Nacional que, em conjunto, desorganizam todo o sistema de direitos democráticos previstos na Constituição de 1988.

Entre estes projetos, a terceirização total das relações de trabalho, adulteração da legislação do trabalho escravo, retirada do direito de greve dos servidores, privatização de empresas públicas, desvinculação dos recursos orçamentários de percentuais obrigatórios para a saúde e educação pública, desindexação do reajuste anual do salário mínimo em relação à inflação e ao crescimento do PIB.

Uma terceira razão apontada pelo autor diz respeito à política externa, à política para os Brics (reúne os países emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que têm características comuns, para ganhar força no cenário político e econômico internacional na defesa de seus

interesses), a posição da Petrobras no mercado mundial, ao peso do Brasil no recente ciclo progressista e distributivo das democracias na América Latina. “O golpe viria criar uma nova época de domínio norte-americano na América Latina”, diz o autor, alertando que seria necessário, logo após, criminalizar o movimento sindical brasileiro em larga escala. “Não se aplica um programa tão radicalmente antipopular sem doses maciças de violência”, conclui Juarez.

“Hoje, para derrotar o golpe, é preciso denunciar centralmente seu caráter patronal. A Fiesp, a Firjan, as federações do Comércio de São Paulo, entidades empresariais do Paraná, Espírito Santo, Pará e muitas redes empresariais estão já em campanha aberta pelo fim da democracia no Brasil.

O MERCADO EM PRIMEIRO LUGAR

Programa de governo do PMDB “Uma ponte para o futuro” prevê limitação do ensino gratuito nas Ifes, reforma do SUS, fim da CLT, limitação de recursos para o social...

Estão muito enganados os que pensam que PMDB, PSDB, DEM e demais partidos articuladores do golpe na democracia brasileira governarão o país, caso consigam aprovar o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pensando em tirá-la da crise. Isso seria muita traição a seus ideais oportunistas.

O programa de governo assinado pelo PMDB – “Uma ponte para o futuro” – atacará diretamente o sistema público da Educação e da Saúde, direitos sociais e trabalhistas. A pretensão deles é que o governo funcione como num sistema parlamentarista.

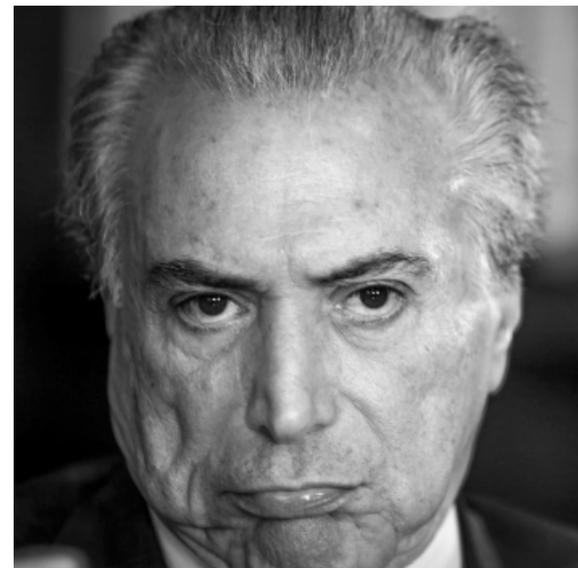
Imaginem um Congresso conservador, integrado por bancadas lobistas e parlamentares acusados de corrupção, legislando pelo povo? De tão pérfido, o plano dos golpistas, segundo analisam especialistas, enfrentará resistências até dentro do próprio PMDB.

O senador paranaense Roberto Requião já se colocou publicamente contra praticamente todo o conteúdo. Chamado por muito tempo de Plano Temer, o projeto traz entre os pontos principais o fim da indexação do salário mínimo e dos benefícios

previdenciários (que seriam reajustados anualmente com definição pelo Congresso e pelo Executivo), privatização do que for necessário, redução do poder do Banco Central e mais peso às convenções coletivas em detrimento à legislação trabalhista.

O plano prevê a revisão de gastos na área social e uma nova política para essa área. Será o fim de todo o modelo de financiamento da Educação e da Saúde pública brasileira. O leque é amplo e inclui fim de subsídios, revisão na abrangência de programas sociais, mudanças na concessão de bolsas de estudo e até

O articulador do golpe, Michel Temer



alternativas para o SUS.

O uso do FGTS a fundo perdido para financiar o programa Minha Casa, Minha Vida vai acabar. Também será revista a concessão de subsídios empresariais e setoriais. Eles passariam a ser vinculados a metas de desempenho e prazos predefinidos. Quem não cumprir o acertado perde o benefício.

Na área educacional estão previstos: extensão do Prouni, programa para universidades privadas, ao ensino médio; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) será mais seletivo. Haverá regras mais rígidas para

o Fies, o Fundo de Financiamento Estudantil. E está em discussão no partido limitar o ensino gratuito nas universida-

des federais.

Em relação aos programas sociais, o que se sabe no momento é que o combate à desigualdade será mantido, mas concentrado apenas no atendimento aos 10% mais pobres, que estão abaixo da linha de pobreza (aqueles que por critérios internacionais vivem com menos de US\$ 1 dólar por dia).

O programa do PMDB também discute intervenção no Sistema Único de Saúde (SUS), mas ainda não há clareza como organizá-lo. O que é certo é que as propostas de cunho social estarão intimamente ligadas à área macroeconômica com o objetivo de criar um pacote de reestruturação dos gastos. Ou seja: o mercado virá em primeiro lugar.

COLUNA INVITRO

As nuvens



Elas são como aula para mim, mas não sei para vocês. Quem tem apreço por artes decerto entenderá. E por literatura também. Tem horas que o céu fica nu, ou seja, azul. Assim, não tenho aula. Entra a terapia natural. O mais bacana é poder ficar deitado olhando pro céu nu, com direito a chimarrão e bergamota, o que significa lagartear, cuja expressão é muito usada aqui no Sul, especialmente em dias de frio. Quando as nuvens aparecem posso imaginar o que elas estão fazendo.

Agora, vou explicar porque elas dão aula.

Quando elas fazem formas podem lhe lembrar do que tinha aprendido. É uma espécie de reaprendizagem. Se elas desenharam uma banana, aí posso lembrar que ela é uma vitamina muito importante, conforme aprendi nas aulas de biologia. Se elas se transformam em um planeta, podem nos lembrar de que Plutão, recentemente explorado pela NASA, é o assunto mais comentado no momento, já que tínhamos aprendido sobre esse planeta que foi rebaixado pelos cientistas da forma equivocada. As nuvens também nos ajudam a organizar pensamentos.

Vai uma sugestão de filme para vocês. Assistam ao filme estrelado por Kevin Costner, “O mundo quase perfeito”. Neste filme há umas cenas interessantes em que o protagonista fica deitado olhando pro céu, enquanto empina sua pipa.

Vou parar de escrever. Preciso abandonar temporariamente minha máquina de escrever e dou um berro de resolução: Amor, vamos empinar pipa? Lá fora está um lindo dia! Também vamos levar o chimarrão e umas bergamotas se temos aqui. Ou umas rapaduras já bastam. Minha mulher topa. Botamos nossas coisas no porta-malas. Dirijo um bom Ka azul, adquirido com minhas economias da venda dos meus livros. Já na maior praia do mundo,

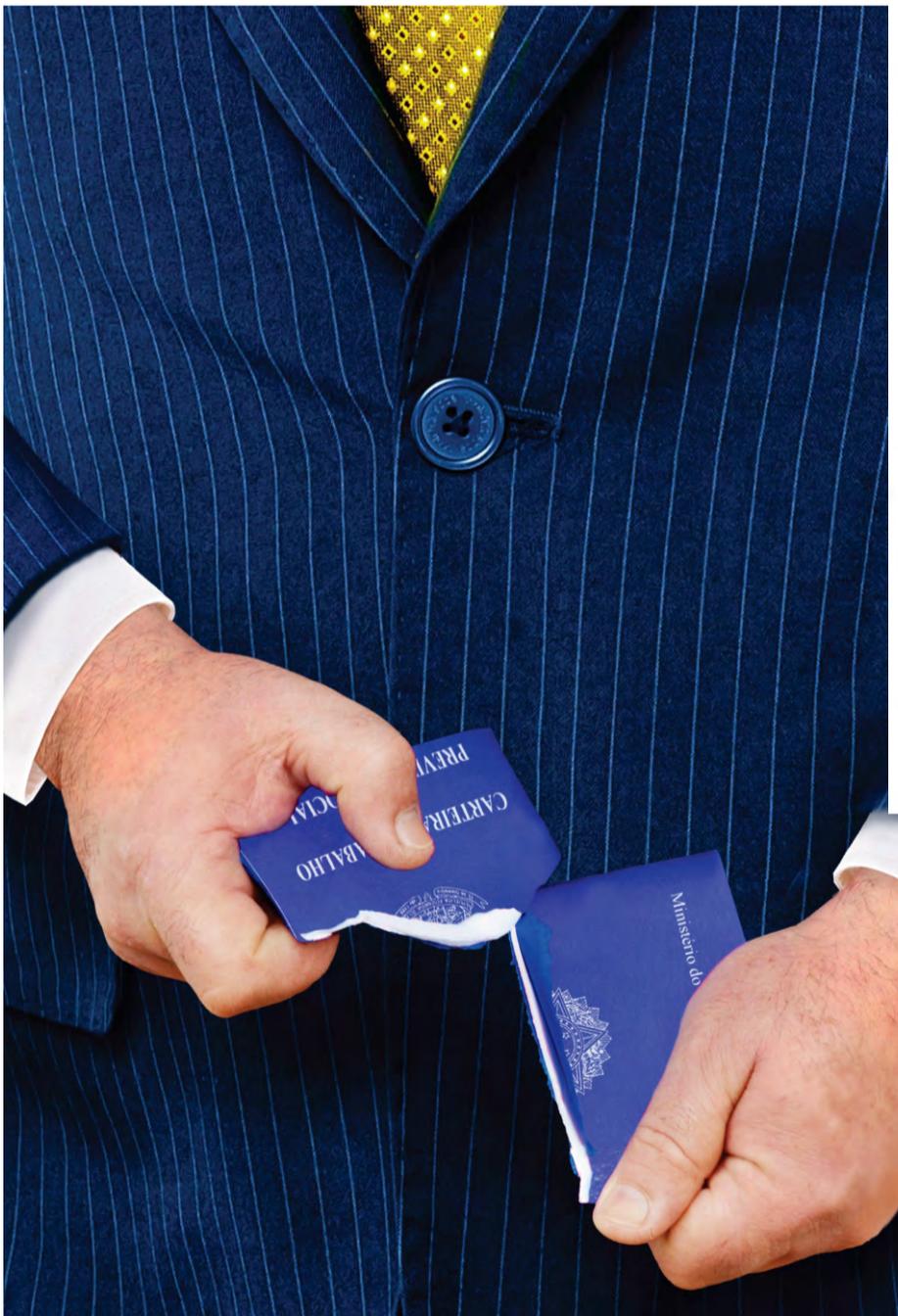
POR **DIOGO MADEIRA**

escolhemos um lugar praticamente vazio a ponto de podermos empinar pipa com tranquilidade. Montamos nossas coisas básicas, duas cadeiras de praia e o guarda-sol. A temperatura climática é bem amena, já que estamos em novembro. O chimarrão e as rapaduras de amendoim com leite já estão colocados ao redor das cadeiras de praia. Tiro a pipa do porta-malas, com maior cuidado para não quebrá-la. O vento é bem forte, mas não terrível quanto furação. Nossa pipa é azul como nosso time de futebol, Grêmio. Com a ajuda do vento, começo a soltar a pipa, pouco a pouco. Já está no céu, agora posso me sentar ao lado da minha mulher. Ela me olha cética: Amor, por que viemos para cá? Meu texto que eu estava escrevendo. Respondi. Na verdade, foram as nuvens quem me motivaram. As nuvens? Ela se espantou. Vamos observar essas nuvens... Vamos ver o que elas estão desenhando. Sugeri pra ela olhar pras nuvens. Ela pousa a cabeça dela sobre meu ombro esquerdo. As nuvens são capazes de nos alegrar. Elas são nossas dançarinas preferidas.

Diogo Madeira é professor de Libras do IFSul, jornalista, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel e um dos autores do livro *Vitrais: contos do Invitro*. Escreve no blog: www.operariodapalavra.wordpress.com.

SEUS DIREITOS ESTÃO EM RISCO

saiba como se proteger



Querem aproveitar a crise para dar o golpe!

O governo Dilma hoje realmente não está bom. Mas afastá-la da Presidência e prender Lula, que é o que os golpistas querem, mudará o Brasil para muito pior!

Mas por que alguns juizes e promotores, com apoio de TVs, jornais, rádios, revistas - como o Jornal Nacional e a Veja -, só denunciam coisas contra Lula, Dilma e o PT, e contra outros eles escondem? A resposta é muito simples: golpe!

O Brasil em que vivemos hoje só é assim porque Lula e Dilma criaram programas sociais que possibilitaram a milhões de pessoas que eram pobres subirem para a classe média e, com isso, muita coisa deixou de ser "coisa de rico"! Famílias que por décadas não tinham sequer um parente na faculdade, agora têm orgulho de falar "o filho (a) do pedreiro virou doutor", graças a programas como PROUNI e FIES. Milhões de brasileiros conseguiram realizar o sonho da casa própria, ter comida na mesa, ter carro e até se tornar microempreendedores!

Mas isso incomodou muita gente! Já percebeu como os ricos não se conformam em ver os "não ricos" viajando de avião? Em ver o garçom com um celular tão bacana quanto ao do dono do restaurante e a empregada usando perfume de marca famosa igual ao da patroa?

Essas pessoas torcem contra o Brasil, contra a melhoria de vida do povo! São as mesmas que chamaram os atos do dia 13 de março em defesa do golpe, porque querem um povo pobre, sem estudo, explorado e sem chance de subir na vida. Querem assumir o governo para que a corrupção corra solta, sem investigação, e com o povo calado, submisso, sem poder reclamar.

Se tirar Dilma agora, a idade mínima para se aposentar vai aumentar, o remédio de alto custo não será mais de graça, o FGTS vai acabar, o desemprego vai aumentar ainda mais, será o fim da carteira assinada e os empregos serão todos terceirizados, ou seja, todo mundo vai ganhar menos e trabalhar mais.

O Bolsa-Família, o PROUNI, o FIES, o PRONATEC, o Ciência Sem Fronteiras, o Minha Casa, Minha Vida, a Lei de Cotas, e tantos outros programas criados por Lula e Dilma, que têm ajudado tanto a população, vão acabar!



**SINDICATO
NA LUTA**

EXPEDIENTE

ENDEREÇO
Rua Padre Nilo Gollo, 76,
São Jorge, Rio Grande RS
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417
Email: aptafurg@vetorial.net

COORDENAÇÃO GERAL

Everson da Silva Flores
Maria de Lourdes Lose
Zulema Helena Ribeiro Ermandes

COORDENAÇÃO DE IMPRENSA

Maria de Lourdes Lose

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258
Tel.: (53) 99458125
marcioliveira2000@yahoo.com.br

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Casaletras
contato@casaletras.com.br

TIRAGEM

1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.